

Quadro comparativo do Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 3, de 2017

1

Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 3, de 2017	Emendas
CAPÍTULO I	
DA JORNADA NACIONAL DE CONTROLE EXTERNO	
Art. 1º Fica instituída a Jornada Nacional de Controle Externo, cuja realização ocorrerá, preferencialmente, a cada biênio.	
Art. 2º A Jornada tem por objetivo promover o debate e a uniformização de entendimentos e de jurisprudência sobre matérias e assuntos relacionados ao controle externo da Administração Pública.	
§ 1º A uniformização a que se refere o <i>caput</i> será promovida por meio da publicação de enunciados, aprovados na forma desta Resolução e do Ato a que se refere o art. 3º.	
§ 2º Os enunciados aprovados nas Jornadas Nacionais de Controle Externo não têm caráter vinculante e possuem força persuasiva de caráter técnico-jurídico, não se confundindo com a posição do Congresso Nacional ou de suas Casas ou respectivas comissões, bem como de seus membros quando no exercício da função pública, sobre o mérito de eventuais matérias, proposições ou conflitos administrativos a eles submetidos.	
Art. 3º Ato do Presidente do Congresso Nacional regulará a realização das edições da Jornada Nacional de Controle Externo, cujas normas constarão de edital específico, publicado nos sítios eletrônicos da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Tribunal de Contas da União.	
§ 1º O Ato a que se refere disporá, entre outros, sobre:	
I – composição, organização, e competências da comissão científica e das comissões de trabalho responsáveis pela apreciação e aprovação das propostas enunciados;	
II – competências do Coordenador-Geral da Jornada e dos membros integrantes das comissões referidas no inciso I;	
III – apresentação, seleção prévia, apreciação e votação das propostas de enunciados no âmbito das comissões de trabalho e da sessão plenária;	
IV – publicação e divulgação dos enunciados aprovados. Externo:	
CAPÍTULO II	
DOS MEMBROS	
Art. 4º Poderão ser membros da Jornada Nacional de Controle	
I – o presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, na condição de Coordenador-Geral da Jornada;	
II – o presidente do Tribunal de Contas da União, na condição de Vice-Presidente;	
III – os presidentes da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor do Senado Federal e da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados;	

Quadro comparativo do Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 3, de 2017

2

Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 3, de 2017	Emendas
IV – deputados e senadores indicados pelas respectivas Casas;	
V – consultores legislativos indicados pela Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados e pela Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Conynte do Senado Federal;	
VI – professores e doutrinadores nacionais e estrangeiros, especialistas nas matérias inerentes à Jornada, por convite das autoridades listadas no inciso I a III;	
VII- membros dos Tribunais de Contas da União, dos Estados e dos Municípios, bem como dos Tribunais de Contas municipais, por indicação dos respectivos órgãos;	
VIII – membros do Ministério Público, ou órgão equivalente, junto aos Tribunais referidos no inciso VII, por indicação dos respectivos órgãos;	
IX – representantes indicados pela Ordem dos Advogados do Brasil;	
X – mediante inscrição, no limite de vagas, os autores de proposições tempestivamente apresentadas e aceitas para discussão.	
	EMENDA Nº 1 – MESA DO SENADO FEDERAL IX – servidores efetivos das carreiras de controle externo dos Tribunais de Contas da União, dos Estados e dos Municípios, bem como dos Tribunais de Contas municipais, por indicação dos respectivos órgãos;”
§ 1º As autoridades mencionadas nos incisos I, II, III e VII deste artigo poderão ser representadas por terceiros, mediante indicação do respectivo titular.	EMENDA Nº 2 – MESA DO SENADO FEDERAL § 1º Em caso de impedimento, as autoridades mencionadas nos incisos I, II e III deste artigo poderão ser representadas por seus substitutos nos termos das normas de organização dos respectivos órgãos.
§ 2º O Ato a que se refere o art. 3º desta Resolução poderá limitar o número de representantes a serem indicados pelos órgãos listados no incisos IV a IX deste artigo.	§ 2º O Ato a que se refere o art. 3º desta Resolução poderá limitar o número de representantes a serem indicados pelos órgãos listados no incisos IV a XI deste artigo, observando os seguintes critérios:
	I – as vagas de cada comissão de trabalho e da plenária final serão distribuídas na proporção de no mínimo dez por cento do respectivo total para cada grupo mencionado nos incisos IV, V, VII, VIII e IX do caput;
	II – sem prejuízo das demais atribuições previstas nesta Resolução, os participantes mencionados nos incisos I a III poderão participar como membros de qualquer comissão de trabalho que desejarem.
§ 3º Todos os membros terão direito a voz e a voto nas sessões das comissões de trabalho nas quais estiverem inscritos e na votação final na sessão plenária.	
CAPÍTULO III	
DA COMISSÃO CIENTÍFICA	
Art. 5º Caberá a uma comissão científica apoiar o Coordenador-Geral na realização da Jornada Nacional de Controle Externo.	
§ 1º A Comissão será designada pelo Coordenador-Geral, que indicará seu Presidente.	
§ 2º O número de membros da comissão científica será definido no Ato a que se refere o art. 3º, devendo, ao	



Quadro comparativo do Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 3, de 2017

3

Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 3, de 2017	Emendas
menos, haver um membro da comissão científica em cada uma das comissões de trabalho.	
	EMENDA Nº 3 – MESA DO SENADO FEDERAL § 3º Farão parte da comissão científica integrantes selecionados na forma dos incisos IV, V, VII, VIII e IX do caput do art. 4º.
CAPÍTULO IV	
DAS COMISSÕES DE TRABALHO	
Art. 6º As comissões de trabalho abrangerão uma ou mais matérias relacionadas ao controle externo da Administração Pública, especialmente:	
I – legislação e atos de pessoal;	
II – licitações e contratos;	
III – convênios e instrumentos congêneres;	
IV – concessões e parcerias público-privadas;	
V – obras;	
VI – empresas estatais e desestatização;	
VII – gestão, transparência e controle social;	
VIII – planejamento, elaboração e execução orçamentária e financeira e responsabilidade fiscal;	
IX – processo e procedimento.	
Parágrafo único. A comissão científica poderá ampliar ou reduzir o número de temas elencados no <i>caput</i> , bem como agrupá-los, cindi-los ou reagrupá-los, adaptando o número e a composição das comissões de trabalho.	
Art. 7º As comissões de trabalho serão integradas pelos membros indicados no art. 4º, segundo distribuição definida pela comissão científica.	
CAPÍTULO V	
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	
Art. 8º A Jornada Nacional de Controle Externo, em sua sessão de abertura, será presidida pelo Presidente do Congresso Nacional.	
Art. 9º Os enunciados aprovados na Jornada Nacional de Controle Externo serão publicados eletronicamente, acompanhados das respectivas referências legislativas.	
	EMENDA Nº 4 – MESA DO SENADO FEDERAL § 1º Será considerado aprovado o enunciado que, cumulativamente:
	I – for submetido a votação entre os membros da comissão de trabalho respectiva e obtiver mais de dois terços dos votos pela sua aprovação, presente a maioria absoluta dos membros da comissão; e
	II – for apresentado à plenária dos participantes da jornada para referendo, facultado a qualquer participante destacá-lo para votação nessa ocasião, quando poderá ser rejeitado se esse for o voto de mais de dois terços dos participantes, presente a maioria absoluta dos membros da plenária.
	§ 2º O critério de dois terços para aprovação nos termos do art. § 1º poderá ser alterado pela comissão científica mediante ato motivado aprovado em votação unânime, desde que:
	I - não resulte inferior à maioria absoluta; e
	II - seja o mesmo para a aprovação em comissões de



Quadro comparativo do Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 3, de 2017

4

Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 3, de 2017	Emendas
	trabalho e a rejeição em plenário.
	§ 3º O instrumento de publicação do enunciado explicitará, para cada um:
	I – o caráter unânime ou não da sua aprovação pela respectiva comissão de trabalho; e
	II – em caso de não haver aprovação unânime, o critério de maioria vigente para a aprovação pela comissão.
Art. 10. O evento poderá incluir em sua programação palestras e painéis com parlamentares, Consultores Legislativos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, juristas e doutrinadores especialmente convidados para esse fim, que se manifestarão sobre temas de Direito Público ou de Direito Privado conexos com o controle externo da Administração Pública.	
Art. 11. As sessões das comissões de trabalho e a sessão plenária serão públicas, vedada a intervenção de quem não seja membro.	
Art. 12. Os membros da comissão científica e das comissões de trabalho não serão remunerados.	
Art. 13. Para a realização das Jornadas Nacionais de Controle Externo, poderão ser estabelecidas parcerias com entidades públicas ou privadas, vedada sua remuneração a qualquer título.	
Art. 14. O Ato a que se refere o art. 3º poderá estabelecer normas e critérios complementares a esta Resolução, desde que com ela não conflitem.	
Art. 15. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.	